

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA

e-DOC E1A5D428
Proc 00600-00024850/2025-91-e

PROCESSO: 00600-00024850/2025-91

PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO N° 87/PG/CMPV/2025

INTERESSADO: DAF/CMPV - DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ASSUNTO: Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Água Mineral para atender Câmara Municipal.

Ilustre Presidente,

À Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa foram encaminhados os autos do processo 00600-00024850/2025-91, para análise e parecer relativo à possibilidade jurídica de contratação através de dispensa licitatória.

Trata-se de processo referente a **Contratação de Empresa especializada em Fornecimento** de material de consumo (água mineral) para atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto Velho- CMPV por um período de 12 (doze) meses conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência N° 002/2025 em seu Anexo.

No decorrer da instrução processual, minutou-se o termo de referência e demais documentos legais exigidos, incluindo o relatório de cotações. A estimativa de consumo ficou estimada em R\$ R\$ 48.525,00 (quarenta e oito mil quinhentos e vinte e cinco reais).

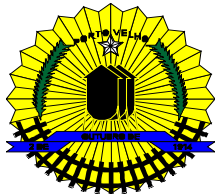
Em sua manifestação, o Setor de Compras opinou que a compra fosse efetivada mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Por sua vez, a Presidência solicitou desta Procuradoria a análise jurídica e posterior manifestação técnica.

Quanto à possibilidade de contratação mediante dispensa licitatória, a Lei nº 14.1333, de 1º de abril de 2021 aumentou os valores limites para contratação por dispensa de licitação, conforme se depreende da leitura do artigo 75 da referida lei:

Procuradoria da Câmara Municipal de Porto Velho

Rua Belém, 139, Embratel, Porto Velho, Rondônia, CEP 76.820-734
www.portovelho.ro.leg.br | (69) 3217-8012



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA

e-DOC E1A5D428
Proc 00600-00024850/2025-91-e

Art. 75. É dispensável a licitação: [...]

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade

Nesse cenário estão inseridas as contratações diretas em razão do baixo valor, aquelas cujos valores devem ser inferiores a R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos) no caso de obras e serviços de engenharia e R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), para contratação no caso de outros serviços e compras.

Compulsando os autos, verifica-se que o MENOR VALOR para a contratação foi de R\$ 48.525,00 (quarenta e oito mil quinhentos e vinte e cinco reais), apresentado pela empresa A. C. F. MOREIRA – ME, CNPJ nº 14.410.553/0001-27.

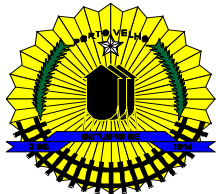
Ressalte-se que a divergência anteriormente apontada por esta Procuradoria (eDOC 4BFFB35F) foi devidamente sanada mediante apresentação de Termo de Juntada (eDOC B227283D), com manifestação de concordância da empresa proponente.

Verifica-se, ainda, que os valores estão dentro dos limites legais estipulados para dispensa licitatória, e a documentação das empresas estão regulares e juntadas aos autos.

Considerando que o processo está devidamente instruído e a despesa possui previsão orçamentária, esta Procuradoria manifesta-se pela possibilidade jurídica da contratação por

Procuradoria da Câmara Municipal de Porto Velho

Rua Belém, 139, Embratel, Porto Velho, Rondônia, CEP 76.820-734
www.portovelho.ro.leg.br | (69) 3217-8012



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA

e-DOC E1A5D428
Proc 00600-00024850/2025-91-e

DISPENSA, desde que o mesmo item não tenha sido objeto de contratação nos últimos 12 meses, nem esteja previsto para ser adquirido nos próximos 12 meses, de forma a se evitar o fracionamento indevido de despesa.

À Controladoria para parecer técnico.

É o Parecer, s.m.j

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ROSEMERI PROENÇO
Procuradora-Geral Adjunta da CMPV
DECRETO Nº 337/CMPV-2025



Assinado por **Rosemeri Proenço** - Procuradora Geral Adjunta - Em: 08/07/2025, 13:04:06